

ANTÔNIO CORRÉA DE LACERDA

19 DEZ 1995

# Economia - Brasil Crescimento econômico insuficiente SÃO PAULO

Depois de um período recessivo no início da década de 90, quando apresentou uma queda de 4% no acumulado de 1990 a 1992, a economia brasileira deve apresentar, pelo terceiro ano consecutivo, um crescimento. A se confirmar o desempenho positivo de 4% neste ano, isso representará um acumulado de 15% nos últimos três anos.

A pergunta é se esse crescimento é suficiente para a necessidade atual da economia brasileira e, segundo, se é sustentável no longo prazo. Para gerar a demanda de empregos que surge a cada ano e compatibilizá-la como aumento da produtividade, intensificada após a abertura econômica, a economia brasileira precisa apresentar taxas de crescimento superiores aos cerca de 5% médios obtidos nos últimos anos.

O fenômeno do desemprego estrutural, uma realidade internacional, tem sido agravado no Brasil pela política econômica em vigor que combina a valorização do câmbio com os elevados juros reais. Essa combinação, se favorece o controle da inflação no curto prazo, tem significado o sacrifício da produção local e a geração de novos postos de trabalho.

Do ponto de vista da sustentabilidade do crescimento econômico, há um conjunto de limitações



## A própria política econômica leva a um desequilíbrio fiscal

que impedem um desempenho continuado da economia brasileira. Em resumo, há pelo menos três focos importantes de restrições ao crescimento de longo prazo, a saber: a área externa, o desequilíbrio fiscal e a capacidade de produção.

Do ponto de vista das contas externas, a deterioração da balança comercial após a entrada do real é algo espantoso. Em julho de 1994 acumulávamos um superávit

de 12 meses da ordem de US\$ 14 bilhões, este superávit veio caindo mês a mês e transformou-se em um déficit de US\$ 3 bilhões que deve prevalecer até o final do ano.

Este déficit somente não foi maior porque o governo sacrificou o nível de atividades internas com o objetivo de evitar um agravamento da situação da balança comercial e o seu reflexo direto na balanço de pagamentos, que deve fechar o ano com um déficit superior a US\$ 18 bilhões.

O problema do déficit na balança comercial é que o crescimento das importações tem se dado muito mais rapidamente do que o crescimento das exportações. Em 1995, as importações devem fechar o ano com um crescimento de cerca de 70%, enquanto as exportações devem crescer apenas 7%. A política cambial atual é um forte incentivador das importações e

inibidor das exportações.

Do ponto de vista fiscal, após um pequeno superávit de 1% em 1994, 1995 deve apresentar um déficit de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O principal foco desse déficit é o desequilíbrio das contas dos Estados, principalmente efeito dos juros sobre o seu endividamento. Há poucas possibilidades de esse quadro ser revertido em 1996, já que a própria política econômica em vigor leva a um desequilíbrio fiscal estrutural, devendo ao peso dos juros incidentes sobre o endividamento público, que já passa dos R\$ 100 bilhões somente no âmbito federal.

O terceiro principal foco de restrição ao crescimento sustentado é o nível dos investimentos. Após atingirem, há dois anos, o fundo do poço de 15% do PIB, houve uma recuperação nos últimos dois anos e, em 1995, devem fechar o ano entre 17% e 18% do PIB. Embora seja positiva a recuperação observada,

este nível se situa muito aquém do que seria necessário para gerar o crescimento sustentado, que fosse suficiente para que o quadro econômico e principalmente social não se agravasse.

Também neste ponto há um claro reflexo da política econômica em vigor, que tem privilegiado a restrição do consumo, em vez de favorecer o crescimento da oferta. O comportamento da economia apresenta movimentos de stop-and-go sempre alternados, prejudicando as decisões de longo prazo e o desenvolvimento.

A combinação destes três fatores de restrição impede que a economia brasileira cresça de forma substancial em 1996, significando um desempenho vegetativo, não superior a 3% no acumulado do ano. Isso significa que o desemprego vai aumentar, porque este crescimento será insuficiente para absorver o pessoal que ingressa no mercado de trabalho e o aumento da produtividade.

Ou seja, embora as perspectivas para a manutenção e mesmo queda dos níveis de inflação para o próximo ano sejam bastante promissoras, a lógica da estratégia de estabilização representa um forte fator inibidor do crescimento sustentado, consolidando o longo ciclo de estagnação a que estivemos sujeitos e estaremos, enquanto não for resolvido o foco de restrição estrutural de oferta na economia brasileira.



■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-SP)